



## **Educação para a Sustentabilidade no Campo: Um Estudo sobre Práticas Pedagógicas e Preservação Ambiental nas Comunidades Rurais**

*Erisvaldo Pereira Cavalcante<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este trabalho aborda a temática da educação do campo, com ênfase na integração do conceito de desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais. O objetivo principal da pesquisa é analisar como o tema do desenvolvimento sustentável pode ser incorporado de forma eficaz nas práticas pedagógicas das escolas do campo, considerando as especificidades das comunidades rurais brasileiras. A pesquisa é de caráter bibliográfico, com base em obras e estudos relevantes da área da educação do campo e sustentabilidade, como as de autores como Caldart (2009, 2012), Arroyo e Fernandes (1999), Figueiredo (2010), e outros que discutem a importância de uma educação contextualizada e transformadora, voltada para a realidade local e global. O desenvolvimento sustentável, dentro do contexto das escolas do campo, é entendido como um conceito dinâmico, que deve ser constantemente discutido e adaptado à realidade rural, considerando as condições sociais, econômicas e ambientais das comunidades.

**Palavras-chave:** Educação no campo. Sustentabilidade. Preservação ambiental. Práticas sustentáveis.

## **Education for Sustainability in the Countryside: A Study on Pedagogical Practices and Environmental Preservation in Rural Communities**

**Abstract:** This paper addresses the theme of rural education, with an emphasis on integrating the concept of sustainable development in rural communities. The main objective of the research is to analyze how the theme of sustainable development can be effectively incorporated into the pedagogical practices of rural schools, considering the specificities of Brazilian rural communities. The research is bibliographic in nature, based on relevant works and studies in the area of rural education and sustainability, such as those by authors such as Caldart (2009, 2012), Arroyo and Fernandes (1999), Figueiredo (2010), and others who discuss the importance of contextualized and transformative education, focused on local and global reality. Sustainable development, within the context of rural schools, is understood as a dynamic concept, which must be constantly discussed and adapted to the rural reality, considering the social, economic and environmental conditions of the communities.

**Keywords:** Rural education. Sustainability. Environmental preservation. Sustainable practices.

<sup>1</sup> Graduação em Licenciatura Plena em Geografia. Bacharelado em Farmácia. MBA em Farmácia. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). erisvaldocavalcante@hotmail.com

## **Introdução**

A educação do campo é uma modalidade de ensino que ocorre em comunidades rurais voltados para as populações identificadas, como: Quilombolas, pescadores, agricultores, ribeirinhos e seringueiros. Assumindo papel importante para o desenvolvimento dos espaços rurais, através da ação-construção educativa para as comunidades escolares do campo, trazendo uma maior integração cultura, social e econômica.

O presente estudo tem como objetivo principal analisar como o tema do desenvolvimento sustentável pode ser incorporado de forma eficaz às práticas pedagógicas das escolas do campo, considerando as especificidades das comunidades rurais brasileiras.

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, com base em obras e estudos relevantes na área da educação do campo e da sustentabilidade. Envolve autores mais destacados como Caldart (2009, 2012), Arroyo e Fernandes (1999) e Figueiredo (2010), dentre outros.

Descreve de maneira sucinta, como as práticas pedagógicas podem conduzir a diversidade para os ambientes rurais, valorizando as práticas sociais e locais, transformando os sujeitos e ajudando a fortalecer sua cultura. Além de relacionar as questões de identidade coletiva, busca um atendimento educativo condizente com as necessidades sociais dos sujeitos que compõem o campo.

Demonstra o papel da escola enquanto formador, articulando com os sujeitos a valorização dos saberes no processo educativo no campo, habilitando sujeitos de aprendizagem e vinculando o lugar da escola para a realidade dessas pessoas.

## **A Educação no Campo**

A Educação Rural surge como uma oposição às ideologias predominantes ao promover a criação de um modelo que reflita as necessidades individuais dos habitantes rurais enquanto respeita a diversidade sociocultural presente nesse cenário rural vivo cheio de oportunidades para avanços sociais e econômicos.

Embora a discussão sobre essa modalidade não seja algo novo, demonstra uma resistência ao modelo educacional que sempre foi imposto pelas classes mais poderosas. Essa batalha reivindica o acesso à educação como algo fundamental para as comunidades rurais,

ênfatizando a importância do acesso às escolas com o objetivo de promover um ensino voltado para as necessidades do campo (Caldart. 2009).

De acordo com Caldart (2012), a Educação do Campo é compreendida como uma luta social protagonizada pelos trabalhadores do campo, que coletivamente defendem e reivindicam políticas públicas capazes de garantir a concretização de seus direitos. Esse conceito está em constante desenvolvimento e transformação, sendo moldado pelas necessidades e experiências das populações camponesas.

Combina luta pela educação com luta pela terra Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida. A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas questões foram práticas. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, ela exige teoria (Caldart, 2012, p. 261-262).

Nesse contexto, a educação é tanto um instrumento de transformação social quanto um reflexo das lutas históricas e culturais do campo. Ao combinar a luta pela terra com a luta pela educação, reafirma-se o protagonismo dos sujeitos camponeses em defender suas tradições e direitos. Contudo, o autor também aponta para a necessidade de embasamento teórico para sustentar e potencializar essas práticas, permitindo que elas enfrentem de forma consistente os modelos hegemônicos que historicamente marginalizam o campo.

Leiter (1999) defende que é preciso evidenciar as diferenças na história da educação, nas áreas rurais, com a consequente exclusão e marginalização. A visão elitista estabelecida desde o início da educação brasileira, promoveu a ideia de que a educação de massa seria em benefício da população urbana e de grandes grupos. Os trabalhadores rurais não perceberam tal manobra e foram para a agricultura e para o trabalho manual.

Ao questionar estes pressupostos, abrimos espaço para pensar a educação no campo como um direito universal e, como uma forma de evitar desigualdades históricas. É necessário quebrar a perspectiva e realizar-se pesquisas que explorem as condições sociais, culturais e econômicas da população rural, sabendo que são críticas do desenvolvimento rural. É necessário não só ver o campo, mas também analisar-se as questões das forças que promovem a marginalização das pessoas que lá vivem e trabalham, para que se chegue a uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação rural no Brasil, precisa avaliar sua história e os objetivos que norteiam sua gestão. Seja para os agricultores ou para o pessoal que habita nas comunidades. Como enfatiza

Ribeiro (2012), embora esse modelo tenha sido escrito desde o século XIX, no século XX ele cresceu e se desenvolveu em conformidade com as necessidades econômicas do governo. O sistema reflete a natureza da atividade. Neste sentido, a educação rural não impacta e nem valoriza a educação no campo, mas visa atender às necessidades do mercado interno e externo.

Arroyo e Fernandes (1999) ressaltam a importância de compreender o termo "campo" como uma construção política e social, fruto das lutas dos movimentos sociais pela valorização dos sujeitos que habitam o meio rural. A escolha dessa nomenclatura não é apenas semântica, mas representa uma ruptura com visões históricas que relegaram a esta modalidade a um papel secundário, descontextualizado e elitista. A educação “no” campo, como destaca a história, foi desenhada para atender interesses de uma minoria, sem considerar as realidades e necessidades da maioria da população camponesa.

Abandonar a educação rural tradicional é um passo importante no desenvolvimento de uma educação do campo, que realmente atenda às reais necessidades e condições das comunidades rurais. Esta mudança não é apenas na terminologia, mas representa um passo fundamental na compreensão dos direitos sociais ligados às lutas pela justiça, liberdade e respeito no país. Como afirma Caldart (2015), este processo educacional deve basear-se numa perspectiva de compromisso político que inclua a formação em diferentes tipos de competências, agroecologia, agricultura biológica e, outros temas diretamente relacionados com a vida e o trabalho na agricultura.

Segundo Munarim (2010, p. 12), o desafio vai além das oportunidades escolares: “criar um movimento que impulse a mudança social, valorize o conhecimento comunitário, capacite os agricultores de identidade e se adapte a essas importantes necessidades pessoais”. Este processo visa não só proporcionar educação, mas também construir um sistema educativo e político que contrarie a lógica tradicional de exclusão, que muitas vezes ocorre através da educação rural.

[...] conforme a compreensão desse Movimento, diz-se “no campo”, porque o povo tem direito de ser educado preferentemente onde vive, isto é, sem ter de submeter-se forçosamente a longos e cansativos transportes para escolas situadas em realidades, mormente, urbanas; “do campo”, porque o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Trata-se, portanto, de uma educação dos e não para os sujeitos do campo, que combine pedagogias de maneira a fazer uma educação que forme e cultive identidades, autoestima, valores, memórias, saberes, sabedoria (Munarim, 2010, p. 12).

O autor enfatiza a importância de um ensino que não seja imposto de fora, mas baseado na experiência, no conhecimento e nas dificuldades da própria sociedade. Esta perspectiva não só respeita o local de nascimento dos alunos, mas visa criar um ambiente educativo adequado à sua identidade, memória e cultura. A educação não se trata apenas de conhecimento, mas de aumentar o respeito pela história e cultura de cada nação.

Este modelo educacional não é uma simples adaptação de um modelo urbano a um ambiente rural. Baseia-se na participação ativa dos sujeitos da área e, torna-se um defensor no processo de aprendizagem. Portanto, a educação nas zonas rurais representa uma ferramenta para aumentar a autoestima e a cidadania, ajudando as populações rurais a exercerem verdadeiramente os seus direitos e a enfrentar os desafios globais com maior independência e poder.

Neste contexto, a política governamental desempenha um papel fundamental na integração de uma educação que respeite esta diversidade, ao tempo em que aborda as desigualdades históricas, específicas das populações rurais. Pronera, Procampo e Pronacampo, implementaram progressos significativos como medidas voltadas para a educação rural. Mas não foram isentos de problemas. Os conflitos entre as organizações civis rurais e o governo, até os dias atuais refletem as dificuldades entre os interesses dos grandes grupos políticos e econômicos e, as reais necessidades e exigências dos trabalhadores migrantes.

### **Sustentabilidade e Preservação Ambiental no Contexto da Educação do Campo**

Segundo Fernandes e Molina (2004), a reflexão sobre a centralidade da família nas comunidades rurais e florestais, mostra a importância de programas de desenvolvimento que levem em conta as condições socioeconômicas de raça, cultura e ambiente desses grupos. Base da estrutura e organização social, a família desempenha um papel relevante na manutenção e transmissão de conhecimentos, culturas e tradições, intimamente relacionadas com a terra e a vida rural.

Neste contexto, a educação torna-se uma importante e necessária ferramenta para fortalecer as famílias e as comunidades. Este não é apenas um método de ensino formal, mas um programa de formação abrangente que enfatiza as experiências, habilidades, a cultura e o conhecimento local dos alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) representam essa ideia, afirmando que a educação deve ser sensível às reais circunstâncias dos alunos e, levar em consideração o seu ambiente e a sua vida. Portanto, a forma de ensino precisa ser contextualizada, acompanhando as necessidades, os desafios e os pontos fortes das comunidades rurais.

As escolas no campo vão além da simples transferência de conhecimentos. Desempenham um papel importante na integração dos seus membros. Na verdade, é um lugar válido para construir a democracia e a solidariedade, valores importantes para a coesão social e atividades que promovam uma governança social mais justa e fraterna. Quando colocadas no contexto da vida e do ambiente, tais escolas desenvolvem um significado profundo, diretamente ligado à cultura e ao conhecimento da região, refletindo o trabalho, as dificuldades e os desafios de cada dia nas comunidades rurais.

Viver no ambiente rural, com as suas diversas paisagens e estilos de vida, oferece uma grande oportunidade para as escolas criarem um ambiente educativo que não só transmita conhecimentos, mas também fortaleça e celebre a cultura e os conceitos associados a cultura agrícola. Por exemplo, ao vincular questões ambientais, agricultura, sustentabilidade e agroecologia, viabilizando a oportunidade de proporcionar aos alunos uma educação que os prepare. Há que respeitar suas raízes, diretamente relacionadas às suas características, interesses e história, de forma a enfrentar com maior competência os desafios do mundo moderno.

A Resolução N°2, datada de 15 de junho de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, estabelece no seu Artigo 21:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Esta definição ampla de educação enfatiza a capacidade da educação para promover a estrutura integrada do indivíduo, incluindo seus valores, conhecimentos, práticas e experiências, para além do discurso formal de aprendizagem. Ao entrelaçar as diversas esferas da vida, o conhecimento e o entusiasmo permanecem comprometidos com a mudança social e cultural. Promove uma reorganização dos programas de participação ativa e informada, na sociedade. Portanto, a educação não se limita à formação acadêmica, mas está integrada nas experiências e vivências no dia a dia, que moldam a identidade e os valores de uma pessoa. Nesse contexto, Reigota (2014) afirma:

A educação ambiental deve procurar favorecer e estimular possibilidades de se estabelecer coletivamente uma nova uma “nova aliança” (entre os seres humanos e a natureza e entre nós mesmos) que possibilite a todas as espécies biológicas (inclusive a humana) a sua convivência com dignidade (Reigota, 2014, p.14).

Como enfatiza Reigota (2014), a educação ambiental deve se esforçar para criar condições para as comunidades, bem como para estabelecer uma nova relação entre as pessoas e a natureza, e entre ambas. Esta ligação baseia-se no princípio de que, todos os seres vivos necessitam conviver. Viverem juntos com dignidade, percebendo que os humanos não estão acima da natureza, mas são uma parte importante desta. Ao promover esta compreensão, a educação ambiental não só promove o respeito pela natureza, mas também incentiva a consideração da nossa responsabilidade para com o mundo e para cada um, em relação aos outros seres vivos. Neste contexto, vai além da proteção ambiental e envolve aspectos positivos como a cooperação, a empatia e a justiça social. Esta abordagem expande o conceito de sustentabilidade e ajuda-nos a garantir uma existência digna para todos os seres vivos, humanos e não humanos, ao mesmo tempo que trabalha para garantir que as gerações futuras tenham direito à vida e ao aparato necessário para sua manutenção.

Segundo Figueiredo (2010), a educação deve ser um veículo para criar novas formas de fazer. Um trabalho baseado no respeito, na solidariedade e no conhecimento de que as pessoas fazem parte da natureza. Em vez de se verem como algo especial ou melhor que a natureza, as pessoas precisam introjetar a ideia do respeito a natureza e a sua proteção. Levando em conta que a sua vida depende de um ambiente sadio que a rodeia.

A educação ambiental, quando implementada nas escolas rurais, é mais do que fornecer um aprendizado sobre conservação; deve ser uma ferramenta revolucionária, que incentiva a proteção e preservação do meio ambiente, promovendo uma relação simbólica entre as pessoas e a natureza. A escola rural, com sua interação com a terra e o meio ambiente, pode proporcionar esse objetivo de forma clara e diversificada, de maneira a preparar os alunos para serem sujeitos capazes de proteger o meio ambiente e compreender o importante trabalho que realiza na sustentabilidade do mundo.

A integração dos recursos naturais na educação, funciona como uma forma reflexiva de aproximar os métodos de aprendizagem das experiências dos alunos. Essa abordagem leva o processo de ensino para além da teoria, para proporcionar uma conexão com a vida cotidiana, utilizando as questões ambientais como ferramentas para estimular a análise, a reflexão e os



desafios. Desta forma, os alunos não só tomam consciência das questões ambientais, mas também se tornam agentes de mudança, capazes de propor e implementar soluções.

Dias (2018) acredita que a educação ambiental em parceria com as escolas do campo, tem grande potencial para renovar conhecimentos. Isso ocorre porque transcende os limites tradicionais da sala de aula, conectando os alunos ao mundo ao seu redor e, promovendo um senso de propriedade da aprendizagem. Ao resolver questões ambientais, a escola ajuda os alunos a compreenderem a relação entre as pessoas e o meio ambiente e a cultivar valores como amor, responsabilidade e desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade da educação rural envolve a criação de um sistema formativo que se depare com o conhecimento e a cultura locais nas comunidades rurais. Neste sentido, proporciona meios para que as mesmas possam responder aos problemas em que estão inseridas, e trabalhar na preservação do meio ambiente.

Criar conhecimento centrado na rotina das comunidades rurais é essencial para desenvolver mudanças práticas e sustentáveis nas suas vidas e trabalho. Quando o conhecimento fornecido é aplicado diretamente à realidade das pessoas, torna-se uma ferramenta poderosa para fortalecer sua independência, identidade e produtividade, ajudando a desenvolver práticas eficazes e sustentáveis. Porém, esse processo exige mais do que boas intenções: é importante contar com profissionais qualificados que possam integrar esses princípios ao ambiente.

Segundo Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2007), um grande obstáculo é a falta de preparo dos professores para lidar com problemas específicos da educação rural. Sem formação adequada, os professores podem ter dificuldade em integrar o ensino, adaptar os conteúdos à vida dos alunos e abordar questões como a sustentabilidade, a agricultura e a produtividade conexa num ambiente rural. Esta lacuna na formação de professores não afeta apenas a aprendizagem dos educandos, mas impede a implementação de projetos que valorizem e respeitem a situação das comunidades rurais.

### **O Papel das Escolas Rurais na Conscientização Ambiental e no Fortalecimento da Comunidade**

Quando a educação do campo busca, por exemplo, considerar a priorização das experiências sociais comunitárias como um de seus principais princípios, ela traz de volta a essência do coletivo e da convivência do homem com sua sociedade. Dessa forma, a escola não



deve ser uma presença ausente do mundo que a representa, mas sim uma presença que tenha teor de interação com o mundo referido. A identidade construída no cotidiano da comunidade deve ser refletida dentro do ambiente escolar para que os sujeitos do campo se reconheçam em seu aprendizado.

Lima (2014) ao argumentar que a função do educador é o principal aliado na implementação de uma educação que atenda às necessidades vivenciadas pela população do campo. Dessa forma, a intervenção educativa não encontra limites de necessidades locais, mas, além disso, se solidariza na luta pela Reforma Agrária e contribui para a relevância do saber produzido por essas mesmas comunidades. Portanto, tais aulas práticas dentro da Escola do Campo se configuram como estratégia primordial uma vez que possibilitam a constituição de correspondência fecunda entre a academia teoria e os saberes locais, contemplando em si os camponeses e também os próprios professores.

Com base nessa perspectiva, percebe-se que é fundamental o entendimento dos professores acerca das questões relacionadas ao meio ambiente, pois eles desempenham o papel de mediadores na construção dos conceitos sobre o mundo, o ser humano e a sociedade. Nesse sentido, Penteadó (2001) destaca que:

[...] o desenvolvimento da cidadania e a formação de uma consciência ambiental tem na escola um local adequado para sua realização através de um ensino ativo e participativo, capaz de superar os impasses e insatisfações vividas de modo geral pela escola da atualidade, calcado em modos tradicionais (Penteadó, 2001, p. 54).

Desta forma, a escola possui um grande potencial na formação de cidadãos conscientes e engajados em questões ambientais. Por meio de práticas educativas ativas e participativas, a escola se constitui em um local chave para a formação de uma cidadania responsável, a qual é mais crítica em relação à consciência ambiental. Esse modelo de ensino consegue ultrapassar os desafios enfrentados pelas outras abordagens, que em muitos casos automáticos são contra criticamente a realidade da vida cotidiana dos estudantes e da urgência das questões de ambiente.

Michèle Sato e Carvalho (2005) defendem que a Educação Ambiental deve ser entendida como uma luta política, caracterizada por seus aspectos mais concretos de transformação, afirmando que:

[...] aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue

proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática (Sato; Carvalho, 2005 *apud* Brasil/Mma, 2016)

A percepção de Sato e Carvalho (2005) nos orienta que a função da Educação Ambiental seja conceituada como um campo de disputa política e social, onde a definição do futuro de sociedades e territórios se atualizam. No entanto, neste momento de enfrentamento, o saber popular destaca-se como elemento primordial. Se não somente uma complementação do saber técnico-científico, o saber popular propõe alternativas a partir da vivência e atuação direta das comunidades sobre seus territórios.

Pela apresentação da transição democrática como viabilidade do caminho de sustentabilidade, os autores pontuam que a população deve ser ativamente responsável pela tomada de decisão na criação de alternativas que incluam questões culturais, sociais e ambientais. Dessa forma, a Educação Ambiental é um saber não apenas informado, mas transformador; possibilitando que sujeitos diversos assumam a atuação no equilíbrio das sociedades com a natureza. Sob essa perspectiva, a Educação Ambiental Crítica:

[...] se propõe em primeiro lugar, a desvelar esses embates presentes, para que numa compreensão (complexa) do real se instrumentalize os atores sociais para intervirem nessa realidade. Mas apenas o desvelamento não resulta automaticamente numa ação diferenciada. É necessária a práxis, em que a reflexão subsidie uma prática criativa e essa prática dê elementos para uma reflexão e construção de uma nova compreensão de mundo. Mas esse não é um processo individual, mas que o indivíduo vivencia na relação com o coletivo em um exercício de cidadania, na participação em movimentos coletivos conjuntos de transformação da realidade socioambiental (Guimarães, 2004, p. 30).

A definição proposta por Guimarães (2004) aponta para uma compreensão mais profunda do papel transformador da educação ambiental. Não se limita a revelar as deficiências e contradições da realidade do meio social, mas tenta ir mais longe e permitir que a investigação seja conduzida de forma a compreender e transformar. Neste contexto, a prática, o elo entre reflexão e ação, torna-se um fator chave. É por causa desse movimento que surgiu uma visão de mundo importante e criativa, capaz de equilibrar a relação entre o homem e seu meio ambiente.

## Considerações Finais

As escolas no campo precisam se adaptar para oferecer uma forma de ir além da transformação da educação formal. Para tanto, não significa apenas transferir a educação

tradicional para as áreas rurais, mas também a compreensão de que a educação deve ser compatível com a vida e o trabalho das pessoas que vivem no meio rural.

Ao se falar em aliar a aprendizagem ao trabalho, à cultura e à comunidade, enfatiza-se a necessidade de uma educação, que não esteja relacionada à prática de maneira mais específica, mas que seja mais relevante para a vida do aluno. Uma escola rural deve ser um local onde o conhecimento não se limita às quatro paredes da sala de aula, mas se estende ao campo, à agricultura, ao saber conviver e à aprendizagem de valores culturais como a cooperação e o apoio mútuo.

A formação dos educadores para a Educação no campo, deve ser vista como prioridade e, como um reconhecimento da diversidade de conhecimentos encontrados nas comunidades rurais. A ideia é valorizar as tradições e costumes rurais, bem como exigir que os educadores discutam ideias e informações sobre práticas para melhorar a vida social e cultural da população rural da região. Neste processo, a formação deve ser um momento de inovação e liberdade, onde os educadores possam aprender novos métodos de ensino, mas também compreender o papel da dessa modalidade de educação na luta pelos direitos, pela dignidade e pela justiça.

O tema do Desenvolvimento Sustentável nas escolas do campo exige uma reflexão profunda, não apenas sobre os conceitos e definições já sistematizados, mas também sobre a forma como esses conceitos se aplicam à realidade das comunidades brasileiras, com suas especificidades e complexidades.

Ainda se constitui um desafio integrar o desenvolvimento sustentável ao currículo da educação no campo, que vai além de simplesmente ensinar sobre meio ambiente ou práticas agrícolas sustentáveis. É preciso entender que esse é um tema dinâmico, em constante evolução e que precisa ser abordado a partir das realidades vividas pelos sujeitos do campo.

Discutir sobre desenvolvimento sustentável nas e comunidades rurais, portanto, é uma oportunidade para refletir profundamente sobre quais os avanços necessários incorporar na educação, a fim de melhor questionar os seus impactos. Os ambientes educacionais podem ser locais de sensibilização e construção de opções que promovam o bem-estar da população do campo, respeitando os conhecimentos tradicionais das comunidades rurais, colaborando para as atividades que combinem a proteção ambiental e a produção agrícola.

## Referências

ARROYO, Miguel G.; Bernardo Mançano Fernandes. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Col. Por uma Educação Básica do Campo, n. 2.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. Conceitos de educação ambiental**. Brasília/DF: MMA, 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>. Acesso em: 06 dez. 2024.

CALDART, Roseli S.; STEDILE, Miguel E.; DAROS, Diana. [Orgs.]. **Caminhos para transformação da Escola 2: Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. Expressão Popular, 2015.

CALDART, R. S. (2012). **Educação do Campo**. In Caldart, R. S. Pereira, I. B. Alentejano, P., & Frigotto, G. **Dicionário da Educação do Campo** (pp. 257-264). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular.

CALDART, R. S. (2009). **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In Arroyo, M. G. Caldart, R. S., & M. C. Molina, (Orgs.). **Por uma educação do campo** (pp. 148-158). Petrópolis, RJ: Vozes.

DIAS, G. F. (2018). **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental**. (2aed.). São Paulo: Gaia

FERNANDES, B. M. MOLINA, M. C. **O Campo da Educação do Campo**. In: **Por Uma Educação do Campo – Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº. 5) p. 53-89.

FIGUEIREDO, M. Mares. **A Escola do Campo e o Ensino para a Sustentabilidade e na**

**Sustentabilidade**. In: Eixo III; Educação e Sustentabilidade – Especialização Lato Sensu de Educação do Campo. Montes Claros: Unimontes, 2010, p.113 a 126.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

LEITE, S.C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, N. L. G. **A educação de jovens e adultos do campo e a permanência escolar: o caso do Assentamento**. 25 de Maio, Madalena, Ceará. . 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONTE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Isabel (Org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

OLIVEIRA, A. L., Obara, A.T. & RODRIGUES, M. A. (2007). **Educação ambiental: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental**. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, (online)6 471-491. Recuperado de [http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART1\\_Vol6\\_N3.pdf](http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART1_Vol6_N3.pdf).

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 6ª reimpr. da 2. ed. de 2009. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RIBEIRO, M. **Educação rural**. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da educação do campo Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PENTEADO, Heloísa D. **Meio ambiente e formação de professores**. 4ed. São Paulo, Cortez: 2001.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

CAVALCANTE, Erisvaldo Pereira. Educação para a Sustentabilidade no Campo: Um Estudo sobre Práticas Pedagógicas e Preservação Ambiental nas Comunidades Rurais. **Id on Line Rev. Psic.**, Dezembro/2024, vol.18, n.74, p. 164-176, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 05/12/2024; Aceito 16/12/2024; Publicado em: 30/12/2024.